

ESPAÇO DA VIOLÊNCIA: O SENTIDO DA DELINQUÊNCIA

Mas onde cresce o perigo cresce também o que salva(?)

ENI P. ORLANDI*
Unicamp

ABSTRACT: Thinking the urban discourse, we begin with the analysis of a particular social situation, that of the boys called Falcons, considered to be delinquents, to then, through this analysis, **comprehend how the meanings of violence** are constituted and formulated and how they circulate in our contemporaneous society, having globalization as the conjuncture. It is a discursive analysis in which notions of “subject”, “individual”, “society” and “historicity” are brought together as articulators of the analysis.

INTRODUÇÃO

Nosso objeto de reflexão é a relação entre o indivíduo e a sociedade procurando compreender a forma e a necessidade dos movimentos sociais urbanos que, mal metaforizados, resultam na delinquência – e ligamos a palavra delinquência a *de-linquo* que significa *enfraquecer, desligar*, pensando justamente a necessidade do sujeito histórico e simbólico de praticar laços sociais (E. Orlandi, 2004).

Teoricamente, estabelecemos um quadro de referência (E. Orlandi, 2001) onde refletimos sobre a interpelação do indivíduo em sujeito (forma histórica do sujeito capitalista, sustentado pelo jurídico) e sua individuação pelo Estado, resultando daí um sujeito ao mesmo tempo livre e responsável. As formas de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecidas pelas instituições, resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. É o sujeito individuado, de natureza sócio-histórica ideológica, indivíduo já afetado pela língua e pela ideologia que se identifica pela sua inscrição nas diferentes formações discursivas, de que resultam distintas posições sujeitos, relativamente às formações sociais. Assim, a noção de sujeito individuado¹ não é psicológica mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política. Nesta teorização, nenhum dos elementos que a constituem pode ser pensado sem os demais.

*IEL/Labeub/Nudecri – Unicamp.

¹ Observe-se que estamos utilizando a palavra “individuação” e “individuado” para distanciarmos nossa proposta de propostas psicologizantes que falam em individualização e individualizado. Também para distinguir o que é interpelação do indivíduo (psico, bio) do sujeito e a individuação do sujeito pelo Estado, de que resulta o indivíduo pensado sócio-historicamente.

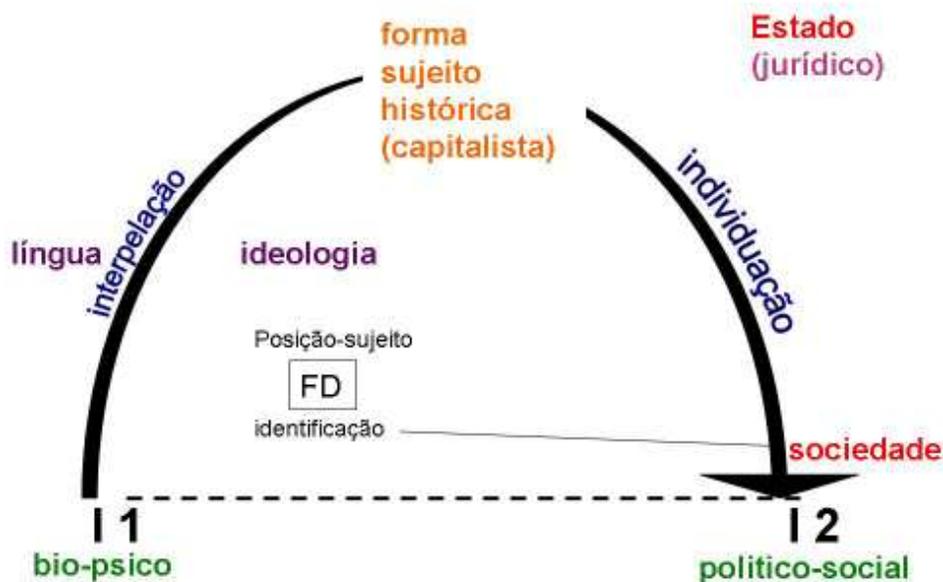


Figura 1

Esta complexidade da constituição do sujeito é “esquecida” no imaginário do mundo capitalista². Em nosso trabalho refletiremos sobre o que acontece com este imaginário. Consideramos que o modo de individuação do sujeito pelo Estado é fundamental na produção da qualidade/natureza da relação do sujeito, assim individuado, com a sociedade.

Visamos, com esta reflexão, compreender o sujeito da modernidade e os movimentos sociais urbanos face à necessidade de se constituírem políticas públicas sustentadas na organização do consenso³.

Já temos analisado - para compreender como este indivíduo se encontra na nossa formação social em que há uma sobredeterminação do social pelo urbano - o sujeito do grafite, do piercing, da tatuagem e do rap, o menino do tráfico (Falcões) que, em seu conjunto, constituem a produção do que tenho chamado de discurso urbano.

² É o sujeito pragmático. E é este que é teorizado pela pragmática que, a meu ver, não acompanha o processo de constituição do sujeito em toda sua complexidade ideológica e simbólica.

³ Este texto é um dos que resultam de pesquisa realizada em um projeto temático que coordenei de 2004/2008 na Fapesp.

Atualmente, entram para nossas considerações o mundo globalizado e as tecnologias de linguagem (tanto o mundo eletrônico como a mídia). Mais especificamente, e dada a conjuntura sócio-política contemporânea, estamos também refletindo sobre a migração, a mundialização, e as tecnologias de linguagem como pano de fundo em que sobressaem a criminalidade/delinquência, a guerrilha, o terrorismo. Que resultam na divisão maniqueísta entre o Bem e o Mal. Tudo isto bem sustentado por discursividades que se apóiam na tensa contradição entre, de um lado, a expectativa de uma democracia planetária ilusória e, de outro, a prática de uma real economia ditatorial. O político aparece nessa conjuntura como argumento. De certa forma, ligado a este discurso da mundialização, da globalização, há também um discurso sobre a subjetividade que gostaríamos de trazer para esta reflexão.

Na consideração deste sujeito contemporâneo Melman (2005) fala sobre a “nova economia psíquica”. Constata a dificuldade dos sujeitos hoje de disporem de balizas tanto para esclarecer a tomada de decisões como para analisar situações às quais se confrontam. É espantosa diz Lebrun (idem), em um mundo caracterizado pela violência, uma nova atitude diante da morte (eutanásia, enfraquecimento dos ritos), a demanda do transexual, as coerções ou mesmo as imposições do econômico, a emergência de sintomas inéditos (anorexia masculina, crianças hiperativas), a tirania do consenso, a crença nas soluções autoritárias, a transparência a qualquer preço, o peso do midiático, a inflação da imagem, a alienação no virtual (jogos de vídeos, internet) a exigência do risco zero etc. Eu acrescentaria a corrupção e a impunidade. Melman (2005) analisa essa crise de referências. Pensando a subjetividade e o futuro psíquico do homem contemporâneo, ele se interroga sobre esses homens novos – esses *homens sem gravidade*, quase mutantes.

Segundo Melman, passa-se de uma economia organizada pelo recalque para uma economia organizada pela exibição do gozo. Os indivíduos têm de se determinar eles mesmos, singularmente e coletivamente.

Este é o sujeito que vemos teorizado no Velho Mundo, nos países ricos. Queremos ver em nossa reflexão como isto se passa no sul do planeta. É certo que vivemos, nos países pobres, ecos dessas teorizações, mesmo que nossa realidade, nossa história, e nossa sociedade sejam bastante diferentes. E nos interrogamos: o que se passa com nossos sujeitos. Como significá-los em suas condições? Os “Falcões”, que analisamos, são “mutantes”, homens sem gravidade?

1. MATERIAL ANALISADO

O corpus é constituído por dicionários, pelo livro *Falcões, Meninos do tráfico* de MV Bill, de textos de mídia em geral que falam de mundialização, de subversão, de terrorismo (de islamismo, de muçulmanos), do ilegal. Não só da mídia impressa como também eletrônica. Nos materiais em geral, há algumas constantes, como a da tensão contraditória, já referida, entre democracia e radicalismo autoritário econômico. Como também repete-se a idéia de que há uma filiação que liga a colonização, o imperialismo e a mundialização, linha que se filia à idéia da ocidentalização do mundo.

2. MUNDIALIZAÇÃO

O discurso sobre o mundo globalizado se acompanha de mistificações, de previsões fantasiosas, o que vai constituindo um imaginário sobre a mundialização que torna mais difícil compreender os seus sentidos.

A mundialização, segundo Laurent Carroué (2005), é um processo geo-histórico de extensão progressiva do capitalismo em escala planetária e que é ao mesmo tempo uma ideologia (O liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia), uma língua (o inglês).

Tal como a conhecemos hoje, a mundialização data de um século e meio. Vem desde o fim da Guerra Fria, da era da comunicação “sem limite”, fim da URSS e desemboca no mito da Democracia. Cria-se a ilusão de que nasce a comunidade internacional e de que o capitalismo triunfa.⁴ São espaços idealmente abertos, mas concretamente fechados, materializando as novas divisões: Norte/Sul; Oriente/Ocidente. A mundialização é mais falada que praticada. Mas nem por isso deixa de ter seus efeitos já que o imaginário tem fortes conseqüências sobre o real.

Como reflete S. Brunel (ibidem) a aparente unificação planetária esconde profundas disparidades. As tecnologias progridem mas não abolem o tempo e o espaço. As centralidades se reforçam em detrimento dos territórios ou das populações. Não há poder de compra ou de matérias primas, a não ser quando é conferido um valor cultural ou natural. Museificam-se os paraísos perdidos.

A mundialização atual, diz S. Brunel (idem), é antes de tudo uma globalização financeira. Ela reforça as desigualdades, tanto no plano espacial como no plano social. Certas questões são consideradas essenciais e em nome delas se exerce o poder controlador: o emprego, a segurança, a saúde e o acesso à energia. Há exacerbação das identidades locais, reativação do comunitarismo, segregação das populações e fragmentação do mundo. Nunca os combates memoriais e a intolerância religiosa foram tão agudos.

A palavra de ordem com a Guerra Fria era a palavra “desenvolvimento”. Depois da Guerra Fria não se fala mais em desenvolvimento. O que o substitui é a idéia de humanitário de um lado e de outro o desenvolvimento durável, percebido como preservação do meio ambiente.

Os pobres passam de “vítimas” a sujeitos “perigosos”: atacam o meio ambiente, proliferam de maneira irresponsável, destroem empregos, inundam os países com produtos pouco “éticos”, ou invadem os países trazendo-lhes insegurança e baixa dos salários.

A relação entre países ricos e pobres só piora, ou, no mínimo, se mantém. São assim inumeráveis as estruturas que se dedicam à “assistência”. Elas servem de rede de segurança que permite fazer passar a pílula do desengajamento do Estado⁵ e as reformas liberais.

⁴ Se a extinção da União Soviética é anunciada aos quatro ventos, exibindo-se como regime i o do comunismo - que não deu certo, o fracasso do capitalismo não se mostra. Ao contrário, alimentam-se ilusões de que ele é o que queremos. Mesmo se hoje os limites do capitalismo se mostram abertamente, não se declara seu fim mas propõem-se formas de superar a «crise». O mundo mudou, diz Obama, é preciso mudar com ele. Isto pode querer dizer: é preciso fazer de modo a que nós, americanos, não deixemos nossa posição dominante... O mito da democracia resiste; é preciso apenas adaptá-lo a novas condições.

⁵ Cf mais à frente o que desenvolvo a respeito da consideração do enfraquecimento do Estado, que funciona pela falta, afetado pela importância da economia de mercado, quando falo da violência e do sujeito.

Um belo exemplar dessa forma de gestão pública são as ONGs. Com a privatização da assistência, o laço social se curva às definições identitárias e se comunitariza. É o fim dos sistemas incondicionais garantidos a todos, os do Estado, democraticamente eleito, que retrocede assim para a fileira de um ator entre outros. Enfraquecer o Estado alimenta o fundamentalismo e o comunitarismo.

Fala-se então nos multi e na diversidade: multiculturalismo, multilinguismo, biodiversidade, sociodiversidade etc. Em torno deles, estão as falas de organismos multinacionais. E os acordos, quando há, representam sempre os interesses das grandes empresas dos países do Norte. Muitos organismos aí se agregam: a ONU, o FMI, o Banco Mundial. Em geral impondo aos países pobres condições que comprometem sua soberania.

Podemos dizer que há uma formação ideológica capitalista dominante, a da mundialização, e que se pratica através da projeção de inúmeras formações discursivas que formam um complexo: a formação discursiva da migração, formação discursiva da ecologia, formação discursiva do terrorismo, formação discursiva da delinqüência etc. Esse complexo de formações discursivas são as manifestações, na linguagem, do fato de que o capitalismo mantém-se em sua dominância, praticando-se por estas diferentes falas da mundialização. Sustentadas por um mal estar de raiz: o preconceito.

Este está na base de alguns dos efeitos perversos da mundialização. Do ponto de vista discursivo, o preconceito é uma discursividade que circula sem sustentação em condições reais e fortemente mantida por relações imaginárias que silenciam sentidos e razões da própria maneira de significar. Os mesmos fatos, coisas e seres têm sentidos diferentes de acordo com as suas condições de existência e de produção. No entanto há um imaginário social que, na história, vai constituindo direções para esses sentidos, hierarquizando-os, valorizando uns em detrimento de outros, de acordo com as relações de força e de poder que presidem a vida social. O preconceito, se realiza individualmente ou por pequenos grupos, ou raças, mas é de natureza sócio-histórica e na mundialização, é regido fortemente pelo econômico, principalmente numa sociedade democrática, neo-liberal, que se sustenta no mito do sujeito-de-si e para si e mal suporta o “outro”. O preconceito nega a própria existência do ser.

Passemos à análise de como se individualiza este sujeito da contemporaneidade. Sujeito controlado em seu ir e vir, dividido entre o Norte (rico) e o Sul (pobre), submetido a redes de informação e comunicação, ao preconceito, ameaçado em seus processos de memória, sujeito às ameaças ambientais etc, no entanto, supostamente “livre”, “democrático”, “multi-cultural”, “comunitário”, “cidadão”. Nessas condições, o que é ser marginal, delinqüente? Que relação se estabelece entre sujeito, mundo e sociedade?

3. UMA OUTRA FORMA DE VER O MOVIMENTO NO SOCIAL

Dizem que estamos à beira de um novo período da História. E isto tem a ver com o que podemos considerar como necessidade de movimentos sociais que adequem as condições ampliando o espaço de vida, respondendo concretamente aos conflitos sociais e tornando a sociedade menos marcada pelas diferenças. Produzindo-se novas formas de relações sociais, novas possibilidades para os seus sujeitos na História. Mas o que vemos ser

declinado como sentido é o da luta sem piedade e o fato de que a nossa civilização corre risco.

A meu ver, o que venho chamando de delinquência e que ultrapassa a exclusão, faz com que a marginalidade aí adquira um sentido muito particular. A delinquência é a perda dos laços sociais e por eles o vínculo com a história. O Estado, nessas condições, falha em sua capacidade de articulador simbólico e os sujeitos vivem no sem-sentido praticando a delinquência: desde o grafite, ou inserindo-se no tráfico, até o terrorismo. À procura do que faz sentido e do que possa ser um gesto simbólico que os signifique, enquanto sujeitos sociais e históricos.

De todo modo, a questão do espaço, como o consideramos discursivamente, o espaço enquanto espaço material, simbolizado e em que sujeitos vivem, se coloca para que possamos compreender o que aí funciona como “violência”.

4.O ESPAÇO SIGNIFICATIVO DA VIOLÊNCIA: AMBIÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Podemos pensar o “espaço” face à cidade como parte das condições de produção que constituem a prática significativa da/cidade.

Concebido desse modo, o espaço (urbano) é o enquadramento dos fenômenos ou práticas que acontecem na cidade (P. Henry, 1998, texto sem título e data). Estamos considerando o espaço como parte do acontecimento discursivo urbano. E nele incluímos o sujeito.

Esta idéia de espaço como enquadramento permite-nos trabalhar com a forma e os meios materiais que constituem o espaço urbano como espaço significativo. O que isto quer dizer? Quer dizer que os sentidos são determinados pelas condições de produção, nesse caso, pelo modo como o espaço *enquadra* o acontecimento urbano. Para nós, enquadrar significa aqui determinar o espaço de significação. A maneira como as pessoas se posicionam em uma fila para retirar seu dinheiro no banco ou a maneira como as pessoas se posicionam em uma fila, desde a madrugada, para conseguir uma vaga para seus filhos em uma escola pública, são diferentes porque constituem espaços de significação urbanos diferentes, com diferentes efeitos de sentidos. São dis-posições diferentes do espaço (do sujeito e dos sentidos), dadas a condições de sua produção. Daí se conclui portanto que o espaço significa, tem materialidade e não é indiferente em seus distintos modos de significar, de *enquadrar* o acontecimento.

Thibaud (2002) com a noção de “ambiência” procura compreender como os moradores da cidade experienciam, percebem e usam lugares públicos.

Segundo Thibaud é preciso distinguir entre o ambiente que é perceptível e o que não é perceptível. O primeiro é o que se pode ver, escutar, cheirar ou tocar e que podemos chamar de ambiente sensorial. Ele se relaciona diretamente à experiência e ao comportamento das pessoas na sua vida cotidiana. Deste ponto de vista podemos observar as relações entre os moradores e o ambiente construído. O segundo ambiente é o que não é diretamente perceptível, o extra-sensorial. Ele questiona a psicologia ambiental que é base da política ambiental por simplificar demais o modo como trata a percepção da ambiência. A dimensão

humana está aí super-simplificada, segundo Thibaud. As pessoas não podem ser reduzidas a sujeitos médios idênticos entre si e não reagem do mesmo modo ao ambiente. Além disso, as pessoas não são sujeitos isolados. O ambiente é uma construção social. Enfim, não se deve reduzir o ambiente a seu aspecto físico e sim pensar o físico articulado ao social. Sai-se assim de um modelo baseado em estímulos para um ambiente baseado na experiência. Eu acrescentaria: se observaria o ambiente em suas práticas sociais. E concordo com o autor quando ele diz que o ambiente da vida cotidiana é mais significativo do que parece, pois ele é a espinha dorsal e o fundo sobre o qual construímos a base de nosso modo de ser-no-mundo. Eu diria que a pergunta que fica então é a de como o ambiente significa naquilo que nós significamos.

Aqui podemos retomar a noção de condições de produção tal como a tratamos na análise de discurso e aproximá-la da noção de ambiência quando esta não se reduz ao físico e, nos termos de Thibaud, torna-se um dos termos incontornáveis na concepção arquitetural e da ecologia urbana.

É então que Thibaud aproxima a noção de ambiência da de “qualidade difusa” de Dewey (1931). É uma abordagem, como ele diz, qualitativa do meio ambiente sensível. Penso que é aí que podemos introduzir, pela aproximação com a noção de condições de produção (sujeito, situação, memória constitutiva), a questão da linguagem, do discurso, do confronto do simbólico com o político. E teremos uma noção de espaço não mais tecnológica mas significativa. Deixa-se de ter uma noção de espaço instrumental e idealista, sai-se do domínio dos projetos e do construído para a noção de processo de produção de um espaço em que entra a percepção e a prática pública. A noção de ambiência passa então a se relacionar com um espaço com suas características formais, materiais, físicas e plásticas. Políticas, eu diria. O que ele denomina de dimensão sensível do espaço eu denominaria, pela análise de discurso, de dimensão significativa, onde se juntam o físico e o espacial (material) e o humano, o simbólico e o político. Ou seja, é aí que a questão do espaço se articula à do sujeito, à memória, em termos da significação. O modo de se significar um espaço vai de par ao modo como são significados os sujeitos desse espaço. Como são individuados em seu cotidiano.

Veremos como, na análise que fazemos mais adiante do menino do tráfico isto é presente: o que cria aquela situação de violência que está por todo lado? A forma das casas, a falta de espaço amplo e livre, as feições do menino? A situação é um todo, dada sua qualidade difusa perceptível. É a situação como uma totalidade unificada. A experiência engaja um pano de fundo indeterminado na base do qual se individualizam os objetos ou acontecimentos em questão. Aí também se individualizam os sujeitos. Este pano de fundo não pode ser discriminado precisamente justamente porque ele é que dá a fisionomia geral do que pertence à situação. É aí, na perspectiva em que trabalho, a da análise de discurso, em que entra a ideologia em seu funcionamento.

Do nosso ponto de vista discursivo, este pano de fundo nos mostra o engajamento simbólico que nos remete por sua vez à memória discursiva. É isto que dá a unidade pressentida de uma situação, da ambiência, enquanto pano de fundo. O experimentado. O já significado sócio-histórico-politicamente. O que se chama de qualidade difusa, penso que podemos considerar como o enquadramento de que falamos mais acima, que assegura um campo, uma unidade sensível da situação, enquanto um domínio de experiência (não

contexto mas práticas lingüístico-discursivas), o a existir e o já experimentado. Daí, diante de um espaço, se tem “uma impressão dominante global”. A do preconceito, no caso que analiso. E quando penso nos “falcões” esta impressão, este sentimento é o de insegurança, de impossibilidade, de confronto com a morte. Percebemos objetos e acontecimentos e experimentamos ou sentimos a situação, a ambiência. Sentir: significar a/ significar-se na. E ela é tácita, inconsciente, mas se manifesta. Nos meninos de tráfico, posso dizer que esta sensação é forte, difusa, é experimentada e fica inscrita na memória. Como existe neles mesmos? Que efeitos produz? Aquilo que os afeta tão profundamente, que não começa ali e que não pode nem mesmo ser descrito em termos “objetivos”.

Temos nas condições de produção, pensadas como ambiência, um campo, mas ao mesmo tempo um processo, instável, com tensões, conflitos. Instala-se uma sensação de inquietação, ou de prazer etc. E isto não é só um estado pessoal ou subjetivo mas também, eu diria, material, concreto.

Eu penso que isto é mais complexo e tem a ver com o funcionamento das condições de produção e com a ideologia. Uma certa “ambiência”, uma certa situação é constituída por certas condições de produção e como somos sujeitos ideologicamente constituídos, uma situação se carrega de sentidos e nos coloca em uma certa disposição (afetiva diz Dewey) significativa, ou seja, em certa práxis. Isto que estou chamando disposição significativa é o efeito ideológico. Tudo isso se dá porque o ser, o sujeito é levado pela exigência de organizar sua atividade em uma totalidade integrada e significativa. Se assim é (e aí não falaríamos em atividade mas prática) o que se passa com o Falcão que vive sem as mínimas condições de integrar suas práticas em uma totalidade significativa (vivendo “do lado certo na vida errada”)?

O movimento do corpo não se faz em um espaço vazio mas um espaço de interpretação afetado pelo simbólico e pelo político, dentro da história e da sociedade.

Dar conta do caráter ordinário da vida em comum supõe esclarecer de modo novo o problema da compreensão desse pano de fundo, implícito: fundo comum para as relações sociais, condição para a sociabilidade pública. Consensual. Devemos problematizar o laço social em termos desta inter-coporalidade, dessa coreografia tácita de que tomamos parte mesmo sem saber. Questionar o ordinário permite colocar à prova o sentimento de familiaridade como componente fundamental do “estar aí” mostrando a existência de uma “base comum”, um consenso produzido, que nos liga uns aos (e contra) os outros.

Para analisar o espaço não podemos vê-lo apenas como paisagem. E nos confrontamos então, segundo Thibaud (idem), com a categoria do *familiar*, com a *espacialidade*, com a *hospitalidade*, que são três dimensões essenciais do habitar. E o que é habitar? É entreter uma relação de *familiaridade* com o mundo pela qual damos sentido ao nosso entorno. É investir um espaço de sua *presença* o que significa lhe dar corpo integrando os sentidos em uma dinâmica de conjunto. É tornar um espaço *hospitaleiro*, engajando gestos elementares nos ligando uns aos outros. Dar evidência ao poder expressivo que constitui o estar-junto (Thibaud, idem).

Como veremos a seguir, estas três definições do habitar mostram que, no caso que tomamos como exemplo, o dos meninos do tráfico, se há algum sentido em habitar, certamente está longe de ser o que apontam estas definições. E aqui penso no que diz S. Rolnik sobre estar no desassossego.

5. NEMINCLUIR, NEMADEQUAR

Antes de aprofundar na questão do sujeito que se constitui nestas condições sócio-histórico-ideológicas, gostaria de realçar algo que venho dizendo ao longo desta reflexão.

A forma-histórica do sujeito que estamos analisando é a forma-histórica sujeito capitalista. Por outro lado, mesmo havendo um deslocamento nas formas como o capitalismo se pratica e estabelece suas relações de poder, ainda assim continuamos no domínio ideológico do capitalismo. Por isso, o que dissemos antes deve marcar uma nossa posição. Nesta posição nos recusamos reproduzir o discurso da inclusão, o que procura transformar o dominado, o excluído, para adequá-lo às formas dominantes seja da cultura, seja do conhecimento, seja da classe social, nem tampouco visamos inserir o não inserido, ou integrar o não-integrado (os apocalípticos?), ou seja, nós nos negamos a falar do lugar em que a gestão pública se coloca como lugar do assistencialismo, do multi-culturalismo, do comunitarismo, face à ideologia da mundialização.

6. PROCESSOS DE INDIVIDUAÇÃO DOS SUJEITOS E VIOLÊNCIA⁶

“O crime realizou muito sonho meu” (Falcão, meninos do tráfico)

Tenho insistido em analisar materiais que possam me dar indicações sobre os processos de individuação do sujeito contemporâneo. Para isto tenho analisado manifestações do discurso urbano tais como o grafite, a pichação, o piercing, o rap, a tatuagem (E. Orlandi, 2004).

Podemos reconhecer a forma da pessoa pública que corresponde a uma forma de individuação. É da forma de individuação, em relação à sociedade em geral, que resulta o chamado “eu comum”. Todo mundo. Ninguém.

Pois bem, o que acontece com este sujeito quando pensamos, no Brasil, a violência, mais precisamente quando pensamos um sujeito como está retratado em *Falcões, meninos do tráfico*? E os estamos tomando apenas como exemplares dos milhares que estão pelas ruas.

Lembremos que Schaller (2001) afirma que as relações sociais já não são de inclusão ou exclusão. Hoje, os sujeitos estão em uma relação horizontal de segregação: ou se está dentro ou fora. Uma vez segregado, é impossível ao sujeito entrar nas relações sociais. Na minha análise, a segregação tem um sentido mais forte: segregado é aquele que não tem direito de existir. É o sujeito à extinção.

Há inúmeras teorias (por exemplo Lewkowitz et alii, 2003) que sustentam o esgotamento do estado enquanto articulador simbólico e a sua redução ao técnico, administrativo, como ator coadjuvante, enquanto o papel definidor é o da sociedade de mercado.

Quando pensamos o Brasil, não diríamos que o Estado já não exerce sua função de articulador simbólico mas que o Estado tem seu funcionamento regido pela falha, sendo

⁶ Esta parte retoma de forma rápida uma análise que, mais extensa e explícita, foi apresentada em São Carlos, no CIAD, e deve ser publicada nas Atas do congresso em sua íntegra.

afetado pelas sociedades de mercado. Ou seja, é em sua falta que o Estado existe e exerce seu poder articulador do simbólico com o político. Em suma, o Estado funciona pela falta, produzindo o que chamamos de *sem-sentido*, que não é um vazio, mas um modo de estar na relação do político com a significação, estagnando-a no já-significado. Assim é que, nossa posição é de que temos de compreender os novos termos de dominação, através da compreensão de como se confrontam o simbólico com o político, nesses termos. Ao produzir o sem-sentido produz-se, com este, as condições da violência.

Para exemplificar, exporemos um fragmento de uma análise que fizemos, em outro trabalho, (E. Orlandi, 2005), de alguns materiais, tal como segue abaixo:

- Do PCC, sobre o telhado de um presídio: “*Liberdade para nossos presos*”.
- De Marcola, no *Caros Amigos*, algumas palavras de seu depoimento à Comissão Especial
- Combate à Violência, da Câmara Federal:

“Deputado: E onde foi parar esse dinheiro?”

Marcola: Foi pago em extorsões feitas pela Polícia Civil e Polícia Militar.

Deputado: Vocês pagaram?

Marcola: Eu paguei

Deputado: E a quem pagaste todo esse negócio?

Não, isso eu não digo, porque não tem sentido eu dizer que o policial, o fulano ou sicrano é corrupto, sendo que o sistema penitenciário não reabilita ninguém. A partir do momento em que o sistema tiver condição de reabilitar um ser humano, vou dizer quem é o policial corrupto(...)”..

- Do livro *Falcão meninos do tráfico*, temos inúmeros enunciados. Vamos exemplificar através de alguns:

“Criou uma mágoa dele mesmo, que até então eu comecei a entrar nessa vida que eu to agora, **a vida do crime, do lado certo, na vida errada**”.

“As crianças não são chamadas de traficantes mas de meninos.”

“Se os cana chegar aqui, não tem essa de trabalhador, não, eu sou bandido. Na realidade, eu não sou bandido, mas se eles chegar aqui eu sou. Pra eles, eu sou”.

“Amanhã ou depois tu morre, vários amigos já morreram assim.”

“Os Falcões estão tão pobres que estão sem fé”.

“Não eu não sou viciado, sou usuário”.

“O que você quer ser quando crescer? Quero ser bandido”.

“Você só vai botar a mão no que tu alcança”.

Vejamos o que nos diz uma rápida análise exemplificadora desses materiais, se retomamos o que interrogamos em nossa introdução: como é individuado o sujeito contemporâneo?

Pela leitura de nossos materiais de análise confirma-se o fato de que este sujeito se debate em uma falta de sentidos que vem da falha do Estado como lugar de articulação simbólica. Isto pode ser visto em várias ocorrências: quando Marcola diz que não vai dizer o nome do corrupto porque **não tem sentido**, pois o Estado, o sistema penitenciário não reabilita ninguém. A inscrição em uma instituição (sistema penitenciário ou família) que faça o sujeito individuar-se em seu sentido não está funcionando nas atuais condições. Eles usam o discurso institucional apenas como estereótipo, para responder ao modo como o “outro” pensa sua situação. Para eles mesmo este é um discurso sem-sentido. É só uma referência imaginária. Não faz mais nenhum sentido. Só existe “fora” do discurso deles, enquanto parte do discurso “sobre” eles e que eles repetem mecanicamente.

Outra coisa muito clara nestas falas é o fato de que a falta de sentido está simbolizada na falta de espaço. Onde vivem? Em lugar nenhum.

“Eu durmo assim, em cima das lajes mesmo, fora de casa. Não tem como me esconder dentro de casa, porque se eu dormir, eu não sei nem o que pode acontecer”.

O Falcão só vê, não pode ser visto, não pode **estar** em lugar algum. Não tem um corpo reconhecido pela sociedade. É apenas o olho que vigia, do outro lado da lei, da sociedade. Não tem vida pública. Não é “comum”. Não se significa no social. Não chega a constituir uma posição sujeito na sociedade.

*“Se os home chega **aqui** nós vai ser tratado como bandido. Se pá, mete bala em nós, mata geral, nem leva de dura.(...) Na realidade eu não sou bandido, mas se **eles** chegar aqui eu sou. Pra eles eu sou.”*

O uso do “aqui”, do “espaço”, do “eles” é aí definidor, individuando o sujeito: *aqui* ele é bandido para eles, os policiais.

Não há espaço social, não há escolha, não há lado, não há sentido. O próprio sentido de crime, não faz sentido: “O que é crime? É cometer assaltos, é praticar o tráfico mas sem deixar de respeitar o cidadão comum”.

E é assim que podemos entender o enunciado que me levou a esta reflexão:

“A vida do crime, do lado certo na vida errada”.

A vida é que está errada. O lado é certo. Mas se tentarmos mudar isto fica assim: A vida certa (?), do lado errado(?). Não há opção. Não há como desvirar este enunciado. Não há possibilidade de outro sentido.

Não há como estabelecer um (outro) sentido dentro desta ordem discursiva em que os processos de significação estão estabilizados em formações discursivas do capitalismo habitual: certo/errado, crime, bandido, menino/traficante etc. Assombrados pela falta, pelo sem lugar, esses sujeitos vivem em cheio o *sem-sentido*, balançados de um lado para outro na sua insignificância para a sociedade e para a história. Na sua falta de “corporalidade” (no corpo social). Na sua inviabilidade. Em seu apagamento. Pois é essa a sua realidade. Já foram há muito segregados e nem chegam a ser um caso de polícia (repressão) só de extinção (forma radical de segregação). Se há sentidos múltiplos e incertos eles não se sustentam numa racionalidade do Estado ou numa lógica do social mas na falta de espaço: *“Você só vai botar a mão no que tu alcança”.*

Algumas questões que podemos nos fazer a partir daí é se teriam os falcões a impressão de fazerem parte de um grupo? Habitam um espaço? Esta é uma questão fundamental. E que espaço é este?

Fazer de um fragmento uma situação implica transformar cada situação em um mundo habitável.

Pergunto-me se isto – que ocorre certamente com os pichadores com que desenvolvi uma análise (E. Orlandi, 2004) - está ocorrendo com os meninos do tráfico. O pichador, por seu gesto de simbolização, a letra, é capaz de produzir uma subjetividade capaz de habitar esse espaço e esse tempo ao irromper no social com seu gesto não desejado mas possível, pelo traço, pelo signo, pela grafia. É instantânea. Pode nem durar. Mas se dá. O pichador não sucumbe ao sem-sentido, ao contrário, afetado pelo não-sentido, ele irrompe em “outro” sentido. Momentaneamente.

Isto ocorre com o “falcão”? Penso que não. No abismo social em que ele vive, ele não consegue, nem por um átimo, constituir uma situação. Ele é apenas um fragmento, descartável.

O “falcão” é pressionado pela falta de lugar, pela impossibilidade de se criar uma “situação”, de se produzir um espaço. Ele não habita. Não pode ir e vir.

Creio necessário explicitar aqui a distinção que tenho feito (E. Orlandi, 1992) entre o “não-sentido” – que é o não-experimentado, o que ainda não significa mas por uma necessidade histórica poderá vir a significar – e o “sem-sentido”, que é aquilo que já fez sentido e fica apenas em um imaginário imobilizado incapaz de significar. Aquilo que já não significa mais. Tornou-se in-significante.

Isto quer dizer, nos termos em que estamos desenvolvendo nossa análise, que encontrar uma situação (um (outro) espaço) para o sujeito é encontrar um sentido e tornar possível o movimento de sua individuação: poder estar; instalar (se em) uma situação. Passar do não-sentido ao sentido possível, “de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do não-sentido” (Pêcheux, 1975). Mas, nas condições em que vivem esses meninos, como fazê-lo, se o Estado funciona pela falta enquanto articulador do político com o simbólico, e tendo o tráfico como condição de vida? Ficando do lado certo, na vida errada, face ao sem-sentido em que estão mergulhados.

Resta questionar: há possibilidade de transformar este espaço? Eu, de minha parte, serei sempre pessimista enquanto a palavra “democracia” surtir seu efeito mágico...

7. HUMILHAÇÃO OU EXECRAÇÃO PÚBLICA?

Situando-nos criticamente em relação à questão da mundialização, mas sem desprezar seus efeitos, podemos observar ainda outro modo de tratar esta questão.

É sabido como P. Ansart desenvolve uma rica reflexão sobre os sentimentos na política. Não é de se estranhar portanto que desenvolvam-se atualmente estudos e discursos sobre a “humilhação”. Interessa-nos a humilhação enquanto ela se oferece como uma prática social.

O nosso sujeito – menino do tráfico, o falcão – certamente poderia ser pensado como um sujeito humilhado. Mas seria muito fácil. Seria ajustá-lo à sociedade rica de consumo que nos mantém, países pobres, ao sabor de suas políticas de força e suas teorizações.

Alguns destes autores remetem a questão da humilhação ao conceito de alienação em Marx (1844, 1867). Caso em que o objeto produzido pelo trabalhador aparece como estranho e independente a ele. Alheio a si mesmo.

Quanto mais valor o trabalhador cria, mais ele fica diminuído, mais sem valor e desprezível se torna (Marx, *idem*).

Claudine Haroche discorre sobre o que faz a sociedade de consumo com o indivíduo: perda de singularidade, de criatividade, de imaginação, da consciência de si. E penso como os meus meninos do tráfico já estão longe de poderem ser incluídos numa descrição como essa. Para isso, teriam que ser contados entre os que teriam um mínimo de relação com a sociedade envolvente. Aicologizações na formas contempor através que se vender nas fientado e incapacitado psicologicamente de se associar. Eu me pergunto se posso considerar,

no caso dos falcões, meninos do tráfico, o trabalho para o traficante como um trabalho. E o que isto acarretaria ao eu interior deste indivíduo.

Haroche acrescenta, às características da sociedade de consumo, a busca da visibilidade, aspiração pela qual o indivíduo é valorizado que vem junto com novas formas de poder, de dominação econômica, política e social. O que se acompanha de transformações no tipo de personalidade. A invisibilidade seria sinônimo de inutilidade, de insignificância, de inexistência. No nosso caso, no entanto, lembremos que o falcão evita justamente a visibilidade. É o que vê mas não pode ser visto. Onde o falcão se ancora na sua busca de poder? Na sua capacidade de ser invisível. Aí é que ele ganha importância, existência, significância. No espaço a que está relegado, é na sua imagem franzina que ele ganha poder. no trabalho e fora dele, o que encoraja a humilhação uma classe, est

As sociedades podem, em geral, ser distinguidas em duas categorias opostas: a de transcendência e a do individualismo. Se somos uma sociedade do individualismo – e é o caso da sociedade contemporânea – a questão do outro se coloca imediatamente. Como a presença do outro é incontornável, o problema que se põe é o de como tratar este outro. E o que se pergunta Enriquez (2005) é se “eu devo respeitar sua dignidade ou ao contrário eliminá-lo de uma maneira ou de outra pela violência, e fazê-lo, pois sucumbir sob o peso da humilhação” Ora, se pensamos o menino do tráfico e as nossas sociedades do Sul, a representação que prevalece na vontade de humilhar é a de uma distinção central e definitiva entre duas espécies humanas: os capitalistas e os proletários, os colonizadores e os colonizados, os super-homens e os sub-homens, aqueles que têm o direito de viver e aqueles que não têm o direito de existir. E aqui penso no que desenvolvo neste trabalho sobre preconceito: o preconceito incide sobre a existência mesma do indivíduo, negando-lhe a vida.

Aqui reencontramos nosso Falcão. Ele perde seus direitos estabelecidos, recebe desprezo, ele já não pode “enfrentar o abismo” em pé, como diria Enriquez, citando Castoriadis. Mas creio que já se foi, com estes meninos, além da humilhação: o sentimento é de execração pública. Quando nosso menino do tráfico diz que “está no lado certo da vida errada”, não estaria ele dizendo que está tentando ficar em pé frente ao abismo? Sua vida não tem sentido pra si nem para os outros. Ele pode desaparecer sem deixar traço.

Se volto ao que diz Castoriadis, “enfrentar o abismo em pé”⁷, e se procedo discursivamente, podemos produzir aí um efeito metafórico, uma deriva, deslocando de uma formação discursiva para outra, o que é dito relativamente à humilhação.

Desse modo, o menino do tráfico, quando afirma “eu estou do lado certo na vida errada” está afirmando que não está ao alcance da humilhação. Ele está fora das relações sociais que se apresentam como dominantes na formação social capitalista, e a humilhação só é possível nelas (assim como o pichador está fora do alcance da escola porque não escreve com letras do alfabeto). Se estivessem no interior dessas relações seriam humilhados. Eles se roubam a isso. Estão no lado certo (“em pé”). Da vida errada (“enfrentando o abismo”). Eis o efeito de sentido produzido por este deslizamento, por esta deriva metafórica.

⁷ Retomamos Castoriadis sem no entanto deixar de fazer a ressalva que esta (enfrentando o abismo) é uma expressão fortemente marcada pela discursividade religiosa (cf. por exemplo Gênesis). Daí propormos a deriva, o deslocamento para outra formação discursiva.

Esses sujeitos, do modo como são individuados na sociedade sobre a qual estamos refletindo, sociedade que se constitui na conjuntura da mundialização com todos seus componentes como expusemos neste estudo, não estão ao alcance do consenso. Por isso são, de certo modo, para nós, in-compreensíveis. Resultado da diluição dos sentidos que teimam em deslizar sem, no entanto, conseguir aderir a alguma realidade.

E se pensamos que todo o tempo a sociedade e seus sujeitos estão em movimento na história, movimento que, barrado, não significado politicamente, explode em sentidos que estão na base da produção da delinquência, da marginalidade, do terrorismo, da ilegalidade etc, nos tornamos, nós mesmos, in-compreensíveis.

Sem dúvida é assim que posso ler o que diz o secretário José Mariano Beltrame, na Veja de 31 de outubro de 2007:

“No Brasil, e no Rio de Janeiro em particular, a convivência promíscua entre o legal e o ilegal provocou uma situação ambígua (incompreensível?eu diria). Chegamos a um ponto em que precisamos decidir. A sociedade deve escolher de que lado está”.

E dentro do discurso neo-liberal, ainda que ele declare que, ao longo do tempo, a insegurança atual foi construída por interferência política irresponsável e ausência de políticas públicas, é a sociedade que deve escolher seu lado. Já que não se discute o que o Estado está fazendo nesta história. É o mesmo que dizer que podemos saltar fora da história e escolhermos onde estaremos. É claro que então estaremos do lado certo, na vida certa. Incluídos, adaptados, integrados. É o que falta para significarmos que quem não está na vida certa são os que podem, devem mesmo, ser extintos (“vidas vão ser dizimadas”). São os que não merecem viver. E, portanto, uma vez a sociedade decidindo de que lado quer estar, o outro lado (o lado da vida errada) fosse finalmente solucionado. É só o que nos falta para vivermos um capitalismo sem risco, seguro, sustentável, feliz.

8. UM COMENTÁRIO METODOLÓGICO

Não é sem interesse, o que diz Jacques Levy (2007) sobre a relação da mundialização e as ciências sociais.

Ele propõe então que mundializem as ciências sociais. O que significa para ele dar aos pesquisadores os meios para se deixarem incomodar pelo mundo e fabricar observatórios apropriados para ver o que no quadro antigo eles não podiam ver. É a dialética entre ser mundializado e ser mundial que está em questão. Esta política se aplica à economia, mas também à cultura e ao indivíduo. E o diálogo entre os pesquisadores se dá mais sobre a base de suas escolhas teóricas do que sobre as disciplinas a que se filiam. Segundo o mesmo autor, a mundialização da pesquisa demanda a mundialização dos pesquisadores.

Estou de acordo que não dá para manter o quadro de disciplinas, as teorias e os métodos das ciências sociais tal como se constituíram no século XIX. Se mais não fosse pelo fato, que já exploramos em outras ocasiões, pelo fato de que a noção de história, de sujeito, de língua já não é a mesma após o marxismo, a lingüística, a psicanálise. No entanto o modo como fazer movimentar-se o lugar e o modo como as ciências sociais podem hoje nos ajudar a compreender os movimentos sociais, políticos, os sujeitos etc pode não ser o que propõe Levy. Porque há um aspecto que não ficou tocado em sua argumentação. E é a

ideologia. Como sabemos, desde reflexões já levadas por M. Pêcheux, nos anos 60 do século XX, as ciências sociais estão em continuidade com a ideologia que as constitui e a questão é justamente que elas possam romper com as mesmas. Ora, o que vemos na proposta de Levy é novamente o que criticamos desde o início deste nosso trabalho: a adaptação.

Concordamos que não podemos mais pensar nos estreitos limites da relação de influência dissimétrica da era colonial. Eu mesma cunhei a palavra descolonização para falar da língua, da ciência, da nossa escrita. Mas não vejo estabelecer-se um processo de descolonização no que dizem os que praticam as teorias da mundialização. Ao contrário, vejo se aprofundarem os compromissos que nos colocam sob a presa do conhecimento do velho mundo. Porque enquanto eles partem de sua posição no mundo e a estendem para todos – profetizando maravilhas se soubermos tirar proveito – pelo imaginário que nos submete, e que como sabemos, é uma prática, a mundialização não rompe, ao contrário, aprofunda as dificuldades da herança da colonização na direção do movimento ideológico da ocidentalização do mundo.

Em direção diversa a que ele propõe, penso que a nossa parte é re-significar o que nos chega da mundialização e dos discursos sobre e da mundialização, segundo nossas condições materiais concretas, nossa historicidade. O que eu chamo de praticar o universalismo histórico. O que não é uma simples tarefa. Desmundializar a reflexão, desmundializar o cientista, significa nos confrontarmos política e simbolicamente com a materialidade da nossa história e de nossos sujeitos em seus processos de constituição, encontrando outros sentidos para a sociedade de modo a que os laços sociais sejam a nossa força, e não nos deixem dispersos, frágeis e sem referências.

BIBLIOGRAFIA

- BATAILLE, G. (1946). “Les sens moral de la sociologie” in *Critique*, Paris.
- BILL, MV e ATHAYDE, C. (2006). *Falcão, meninos do tráfico*, Rio de Janeiro, Objetiva.
- BRUNEL, S. (2007). «Qu’est-ce que la mondialisation?», in *Sciences Humaines*, spécial, n° 1805, Paris.
- CARROUÉ, L. et alii. (2005). *La mondialisation. Genèse, acteurs et enjeux*, Breal, Paris.
- CASTORIADIS, C. (2007). *Sujeito e verdade no mundo social-histórico*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- _____. (2002). *As Encruzilhadas do labirinto, a ascensão da insignificância*, Paz e Terra, São Paulo.
- ENRIQUEZ, E. (2005). “Croyances et mécanismes de défense dans les communautés”, in *Esprit de corps, démocratie et espace public*, Guglielmi et alii (org.), Paris: PUF.
- GUGLIELMI, G.J. (2005). *Esprit de corps, démocratie et espace public*, Paris, PUF.
- HAROCHE, Cl. (2005). “Modèles de comportements et types d’aspirations dans les mouvements de jeunesse em Allemagne (1918-1933)”, in *Esprit de corps, démocratie et espace public*, Guglielmi et alii (org), Paris: PUF.
- LEBRUN, J.P. (2005). “Avant-propos” in *L’homme sans gravité*, Ch. Melman.

ORLANDI — Espaço da violência: o sentido da delinquência

LEWKOWICS et alii. (2003). *Del fragmento a la situación*, Buenos Aires, Altamira.

MARX, K. (2005). *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), Boitempo, Rio de Janeiro.
_____. (1980). *O Capital*(1867), Civilização Brasileira, São Paulo.

MELMAN, Ch. (2005). *L'homme sans gravité*, Denoël, Paris.

ORLANDI, E. (1992). *As Formas do Silêncio*, Ed. Unicamp, Campinas.

_____. (2001). *Discurso e Texto*, Campinas, Pontes eds.

_____. (2006). “A flor da pele: indivíduo e sociedade”, in *Escrita e Escritos*, B. Mariani (org), Clara Luz.

_____. (2004). *Cidade dos Sentidos*, Campinas, Pontes eds.

PÊCHEUX, M. (1988). *Les Vérités de la Palice*, Maspero, Paris, 1975. Trad. Bras. Ed. Unicamp.
Semântica e Discurso.

_____. (1988). *Discurso: Estrutura ou acontecimento*, Pontes, Campinas, 1997, trad. bras. de Eni Orlandi, original: *Discourse: structure or event?*, Illinois, University Press, Urbana.

SCHALLER, J. (2001). “Construire un vivre ensemble dans une démocratie renouvelée, USP, São Paulo.